

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO X

HOMENAGEM AO DOUTOR DAMIÃO PERES



COIMBRA / 1962

Dois novos documentos referentes ao comércio luso-veneziانو no século xiv

A ausência de venezianos, antes de 1392, entre os mercadores que receberam cartas de privilégio para habitarem e fazerem negócio em Portugal tem sido um autêntico enigma na história económica portuguesa. A partir da nomeação, em 1317, de *Micer* Manuel Pezagno de Génova como almirante de Portugal, e da concessão, em 1338, de cartas aos florentinos, genoveses, milaneses e eaharsinos, pode-se dizer que a maioria das principais cidades e nações mercantis da Europa ocidental receberam privilégios — à excepção dos venezianos (*). Mais tarde no século xiv, os ingleses, franceses, cantábricos, maiorquinos, aragoneses, catalães e placentinos são mencionados em várias cartas.

Mercadores do Mediterrâneo seguiram já em 1232, talvez, o caminho para o norte da Europa, pois diz-se ter estado naquele ano em La Rochelle um navio genovês. Há documentos sobre um navio genovês que, em 1277, viajou até Flandres e, em 1278, cinco mercadores genoveses fretaram dois navios de Beneditto Zacearla e um outro de Niccolo Zaceada *per andaré ad partes Angliae*. No mesmo ano, o nome de um outro genovês, Dom Vivaldo, «cidadão

(*) José Benedito de Almeida iPessanha, *Os Almirantes Pessanhas e sua descendência* (Porto, 1923); Prospero Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli xiv, xv, xvi* (2.^a ed., Génova, 1907); João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos portugueses* (Lisboa, 1944), I, pp. 27-39, 53, 115, docs. 37-45, 57, 101; Henrique da Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos xii a xv* (2.^a dd. dirigida por Torquato de Sousa Soares, 12 vols., Lisboa 1946-1950, X, 199 ss., 397-398; A. A. Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton, 1270-1700* (ISouthampton, 1951).

de Lisboa», /apareceu nos registos desta cidade (2). Deve ter permanecido ali durante bastante tempo para adquirir a cidadania.

Embarcações genovesas passaram pelo Estreito de Gibraltar a caminho do norte em 1281, 1287, 1304, 1306 e também mais tarde. Navios maiorquinas chegaram à Inglaterra em 1281 e em 1304. Na Inglaterra viviam catalães em 1303 e para lá foi um navio catalão em 1311.

A partir de 1293, como se lê nos arquivos venezianas, uma *galere di Fiandra* seguia todos os anos a caminho para o norte da Europa, navegando, e cessando momentaneamente ao longo da costa de Portugal. Embora os venezianos se encontrassem incapacitados durante algum tempo como resultado de uma guerra sem êxito contra Génova nos fins do século xm, já em 1306 estavam a disputar com os genoveses o comércio do Mar do Norte, dando-se ali um combate naval entre os dois. A primeira armada organizada pelo /estado de Veneza largou para a Flandres em 1314, e a primeira para a Inglaterra em 1319 (3). Daqui em diante as suas armadas iam e vinham regularmente: eram dos principais carregadores do comércio ao longo das mesmas vias para o norte que os portugueses tinham navegado desde o século xn. Quase que não podiam ter faltado a entrar em contacto com os portugueses e sabe-se, de facto, que estavam em Portugal em 1309.

Porque seria, 'então, que os venezianos não receberam cartas de privilégio iguais àsquelas concedidas a tantos outros em Portugal? A razão, ou assim se supunha, encontrava-se nas relações luso-italianas de 1308-1309. Em 1308, o Papa Clemente V (primeiro Papa de Avinhão), via-se implicado numa guerra contra Veneza sobre a cidade de Ferrara. O Papa Clemente lançou um interdito contra Veneza e excomungou os venezianos para onde quer que fossem. Numa bula que chegou a Portugal em 1309, pediu a ajuda de 'todos os cristãos e autorizou-os a prender os venezianos e a apoderar-se dos seus bens sem perigo de caírem em pecado.

(2) Roberto S. López, «Majorcans and Genoese on the North Sea Route in the Thirteenth Century», in *Revue Belge de Philologie et d' Histoire*, 1951, XXIX, n.º 4.

(3) I.A. Pinchart, *Du commerce des Belges avec les Vénétien du XII^e au XVI^e siècle*, in *Messenger des Sciences et des Arts* (Gand, 1851), pp. 19-25; Ruddock, *op. cit.*, pp. 9 as.

Como resposta, o rei D. Dinis de Portugal fez circular entre os seus oficiais uma carta <em que citou a «bula do Papa e mandou fazer «um recenseamento de venezianos e das suas propriedades, dizendo que depois «eu vos mandarei como hy façades». Mas que aconteceu depois ? Se, de facto, D. Dinis tomou medidas contra os venezianos, as provas não vieram ainda à luz. Do período entre 1309 e 1392 quase nada se sabia.

O «Conde de Tovar encontrou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo a «carta já citada que D. Dinis mandou aos seus oficiais em 1309 e «também «a primeira carta «de privilégios concedida aos venezianos por D. João I ⁽⁴⁾. Por tentativas, Tovar chegou à conclusão de que a ordem de 1309 foi posta «em execução e que os venezianos não actuaram em Portugal «antes de 1392. Outros historiadores mostraram propensão para seguir o Conde de Tovar, embora, «como ele, registassem o facto de que as galés venezianas costumavam abastecer-se em Portugal quando da viagem anual de ida e volta para as paízes setentrionais. Convém «notar, de passagem, que faziam só uma viagem, e não duas, para o Atlântico, pois as suas «outras armadas dirigiam-se com «rumo «deste, a Constantinopla e a «o Egipto.

Recentemente, o Dr. Alberto Iria conseguiu indicações de venezianos «em Portugal depois de 1309, sendo de notar o casamento de Galharda de Veneza «com Rodrigo «Eanes de Paro algum tempo antes de 1315, quando o casal recebeu do Rei uma concessão de terreno. Além disso, faz-se menção de venezianos, juntamente com genoveses e sicilianos, entre aqueles que costumavam, desde o século xm ao século xv, pescar ao largo da costa algarvia ⁽⁵⁾.

Embora a falta de provas parecesse mostrar a ausência de venezianos em Portugal, «a razão afastava uma tal conclusão. Como teria sido possível que eles deixassem de comerciar com os portugueses ou ainda deixassem de fixar residência no país por «cuja costa navegaram regularmente durante um século ?

Dois documentos que o autor deste artigo encontrou no *Archivio*

⁽⁴⁾ Cande de Tovar, *Portugal e Veneza na Idade-Média (Até 1495)*, (Coimbra, 119*33) ; Silva Marques, *Descobrimentos*, «I, suplemento, pp. 385-386, doc. 314; e I, pp. 197-198, doc. 1*1.

⁽⁵⁾ Alberto Iria, *Descobrimentos portugueses: O Algarve e os Descobrimentos* (Lisboa, 1956), I, 292 e 3183.

di Stato de Veneza dão uma resposta definitiva à primeira parte da pergunta acima feita e uma resposta ilativa à segunda parte ⁽⁶⁾. Embora o Conde de Tovar encontrasse no *Archivio di Stato* de Veneza muito material referente a (Portugal e dele publicasse um guia, não mencionou os nossos documentos.

Graças ao testemunho destes documentos já se pode afirmar categoricamente e sem perigo de refutação que os venecianos comerciaram com Portugal entre 1309 e 1392 e que (é muito provável que também lá tivessem vivido.

O primeiro documento, datado de 1374, anuncia a nomeação de um embaixador especial, um certo Bernardus de Casalortio, para tratar com D. Fernando, rei de Portugal, sobre umas queixas recebidas de mercadores venezianos, referentes às dificuldades que eles tinham em Portugal. O segundo documento é a resposta do rei D. Fernando em 1375. É escusado parafrasear extensamente a carta de D. Fernando ao IDoge de Veneza. O documento fala por si. Mas podemos apontar as frases mais significativas. Ao falar da maneira de resolver as queixas, D. Fernando diz: «...tomámos em consideração a antiga amizade dos nossos pais e avós para convosco 'e os vossos cidadãos, amizade mantida por nós até hoje».

A respeito das ordens de represália contra as quais o Senado de Veneza reclamava, o Rei afirma: «...não nos lembramos de ter dado semelhante ordem. Se, porém, tal ordem ^{IOU} decreto veio à luz,... expressamente o revogamos e o consideramos nulo e de nenhum efeito».

O significado desta carta parece estar fera de dúvida: os venezianos encontravam-se em Portugal, embora não tivessem uma carta de privilégio semelhante àquela que tinham os florentinos e outros. No caso de terem tido uma carta, o Senado de Veneza tê-la-ia, sem dúvida, aproveitado como base do seu apelo, e D. Fernando também se teria referido a ela. Além disso, apareceriam nomes venezianos nos catálogos das muitas cartas existentes ainda hoje, ou no original ou em cópia, nos arquivos de Portugal, França, Itália, Inglaterra e até África do Sul.

Os dois documentos dizem-nos ainda mais. Os venezianos estavam em boas relações com Portugal, não obstante haver, de vez

⁽⁶⁾ Arquivo de Estado, Veneza, *Sindicati*, 21 de Março de 1374 e *Commemotiali*, VII, n.º 831, carta de D. Fernando ao Doge de Veneza.

em quando, explosões de violência entre os seus cidadãos. Mercadores venezianas comerciavam com os portugueses e possivelmente residiam em Portugal. Mesmo que lhes faltasse uma carta, tinham com Portugal relações cordiais e de bom entendimento que determinavam o seu comércio tanto em tempos normais como durante emergências tais como a de 1374-1375.

BAILEY W. DIFFIE

I*

•In Christi nomine Amen. Anno Nativitatis eiusdem millesimo trecentesimo septuagesimo quarto, indictione -duodecima, die Martis, vigesimo primo mensis Martii.

(Excelsus et illustris dominus, Domnus Andreas Contareno, Dei gratia Dux Venetorum eite., una cum suis consiliis ad infrascripta et alia exercenda plenissimam libertatem habentibus et ad sonu-m campane et voce preconia specialiter vocatis et congregatis, et ipsa consilia una cum prefato Domino Duce unanimiter et concorditer, nemine discrepante, -pro se et successoribus suis ac nomine et vice Communis Venetorum, omnibus modis, iure et forma et causa quibus melius potuerunt, fecerunt, constituerunt et ordinauerunt suum et dicti Communis Venetorum sindicum, actorem, defensorem, procuratorem legitimum ac negotiorum gestorem et quicquid melius didi potest, providum et circumspectum virum Bemardum de Casalortio, notarium et fidelem suum, absentem, tanquam presentem, in omnibus -eorum causis litibus, controversiis et querellis et spacialiter ad comparandum coram serenissimo domino, Domno Fernando O) Dei gratia rege Portugalensi et Gerborum (2) et coram (3) quibuscunque consiliariis, auditoribus, vicariis, iudicibus et aliis personis deputatis vel deputandis ab eo et coram quocunque alio principe, domino ac iudicibus ecclesiasticis vel civilibus, causa et occasione marcharum, pignorationum et represaliarum ordinarum et concessarum contra ciues, fideles et subditos prefati domini Ducis -et Communis Venetorum et eorum bona quacunque ratione vel causa. Et ad requirendum, postulandum et obtinendum annulationem et revocationem supradictarum marcharum, pignorationum et represaliarum.

Et ad agendum et -defendendum, libellum dandum -et recipiendum, -ponendum et positionibus respondendum, excipiendum et replicandum, testes et iura producendum et testes, [ac] instrumenta alterius parbis reprobandum, terminos et dilationes -petendum, lites contestandum de calumpnia et veritate dicenda iurandum, et cuiuslibet alterius generis sacramentum prestandum, in causis con-

* Agradeço muito à minha colega Prof.^a Helena Wieruszowski a transcrição do texto latino, mas a responsabilidade é toda minha.

O) O texto original traz *Petro*, palavra que foi posteriormente traçada e corrigida, na entrelinha, para *Fernando*.

(2) Erro por *Algarbiorum*.

(3) Na entrelinha.

dudendum, sententias audiendum, appellandum et appellationes prosequendum, compromittendum et compromissum unum et plura, semel et pluries, faciendum d'e iure et de facto, seu de iure tantum <in arbitros, arbitratores et amicabiles compositores et comunes amicos super facto supradictanum marcharum, pignorationum et re presa liarum sub illis terminis, penis, duramentis, promissionibus, conventionibus, obligationibus cautellis et clausulis opportunis et que dicto eorum sindico videbuntur.

Item ad componendum, transigendum et paciscendum et compositiones, transactiones et pacta iniendum et firmandum super facto supra dictarum marcharum, pignorationum et represaliarum cum quibuscunque personis, sicut dicto eorum sindico videbitur. Instrumenta unum et plura pro predictis et quolibet predictorum rogandum et faciendum cum stipulationibus, obligationibus, renunciationibus, penarum adiectionibus, cautelliis, et clausulis opportunis. Et generaliter ad omnia 'alia et singula faciendum et procurandum que in predictis et circa predicta et in dependentibus et connexis et prorsus extraneis necessaria fuerint et opportuna et que ipsimet constituentes facere possent, si presentes forent, dantes ©t concedentes predicto eorum sindico et procuratori dn predictis et circa predicta et in dependentibus et conexis et prorsus extraneis plenum, liberam et generale mandatum ac speciale, ubi exigitur, cum plena, libera et generali administratione et potestate. Etiam promittentes firma, rata et grata 'habere, tenere, attendere et observare omnia et singula, que in predictis et quolibet .predictorum pre dic tins eorum siindicus et procurator duxerit facienda. Et non contrafacere vel venire sub obligatione omnium bonorum Communis Venetorum, ao etiam iudicio sisti et iudicato solvi in omnibus suis clausulis, relevando dictum suum sindicum et procuratorem Inde ab omni onere satisfaciendi ac fidem pro eo in omnibus suis clausulis huiusmodi mandati.

(Actum 'Venetia dn 'ducali palatio, presentibus sapienti viro ;Domno Rayhayno de Caresinis, honorando cancellario Venetiarum, et providis et discretis viris Ser Amadeo et Ser Petro de XL notariis et officialibus Ducatus prefati, testibus ad premissa vocabis et rogatis.

In premissorum autem fidem et evidentiam pleniorum prefatus. «Dominus Dux presentem sindicatum fieri mandavit et -bulla eius plumbea pendente muniri.

(*Signum*) Ego Guilielm-us quondam Domni Phylippi notarii (?) -publici (?) imperiali -auctoritate notarius et (?) Ducatus Venetorum scriba, predictis omnibus presens, ea scripsi et publicavi rogatus. ^{II}

II

Nobili ac Inclito Viro Dudi Venetorum

;Nobili ac inclito domino Dei gratia Dud Venetorum iFemamdus eadem gratia Portugalie et Algarbii Rex salutem et sincere -dilectionis affectum et in votivis successus prosperos et fdlices.

Recepimus litteras vestre credulitatis quas nobis vere fuisse directas intel-

teximus, quamvis erratum fuerit in nomine nostro proprio et appellativo scilicet P. et Genborum, nobis per providum et circumspectum Bernardum de Casalortio, vestrum nuntium, presentatas, necnon et seriem ipsius credulitatis ex parte vestra per eundem nobis expositam grater acceptantes. Audivimus continentem ad aures vestras pervenisse ex pretestu quarundam ballarum pannorum ad certas vestrorum civium mercatorum personas spectantium quas nobilis vir Franciscus Michael de Venetiis, patronus navis in qua erant balle predictae, eas non deposuerat seu discarecaverat apud civitatis locum (ve) seu portum regni nostri quod a nobis de Cretum et concessum fuerat per nostros fieri represalias realiter et personaliter ac universaliter contra vestros. Quod pluribus rationibus tam divini quam humani iuris, si verum esset, hoc indebite et iniuste fieri allegantem vestramque inclitam prudentiam ex hoc nimium et merito conturbari nostram regalem eminentiam deprecantem, quatenus, si quid et quicquid concessum seu deoretum a nobis aut aliter auctoritate regia fuerat contra Venetos et subditos vestros, retractare et revocare dignaremur absque suspensione aliqua temporali, annuentem et promittentem vos ipsum cum (cum) communitate vestra fore et esse semper paratum, cum requisitus fueritis reddere et reddi nostri iustitiae complementum.

Insuper ipsius nuntii narrationem accepimus quod Nobilis quidam nomine Franciscus Bragadino civis Venetiarum, vobis rettulit quod, dum ipse cum quadam navi, cuius erat patronus, esset in portu regni nostri, cognosceret quod magna societas virorum cum multis navigiis magnis et parvis contra ipsum manu armata tendebant, quod ipse metu dicte societatis coactus est portum deserere et exponere se fluctibus maris immoderatis ventis tunc agitat, et quod in fuga illa apud locum vel rupes naufragium passus fuit et magnam quantitatem rerum suarum metu persecutionis nostrorum amisit. Quare nobis predictus nuntius supplicavit ut predicto Francisco, ut premittatur, damnum passo subveniremus de remedii opportunis rogans etiam nos ex parte vestra ut de predictis dignaremur inquiri facere diligenter, et quod videremus vestro civi deberi restitui faceremus.

Quibus itaque ex parte vestra relatis per dictum nuntium vestrum a nobis inspectis et intellectis iuxta veritatis essentiam pro ordine, ut sequitur, respondemus. Circa primum quidem, quod mandatum seu decretum a nobis emanasse refertur de et super pignorationibus seu represaliis ex causa seu occasione premissa contra vestros universaliter faciendis et cetera. Sane inconcussa et incommutabilis veritas facti quod accidit infallibiliter, [est] quod, cum apud nos atque nostram regalem curiam querele insinuatio fuisset deposita per quosdam cives nostre civitatis Vharbonis et alios mercatores regni nostri de et super commissis suorum pannorum ballis aliisque ipsorum mercimoniis in cariga seu navi prenominata illatis atque delatis et per dictum Franciscum, eiusdem navis patronum, vel ipsius dolo seu culpa ablatis atque subtractis que, ut asserebatur, quinquaginta milium librarum aliter centum milium monete nostre usualis valorem et amplius contingebant atque per eosdem cives et mercatores nostros nobis exis teret intimatum quod prefata carrica seu navis honestata (h)ere et mercibus seu mercimoniis predioti Francisci et suorum complicum erat per partes regnorum nostrorum in proximo transfretura, Nos igitur ad eorundem civium et

mercatorum nostrorum conquerentium instantiam tam pro reddenda iustitia quam tenemus ex debito nostri regalis officii nulla personarum exceptione habita Cuilibet postulanti, quam naturali affectione qua erga nosibros nostrorum que lesionem et detrimentum maiori compassione et propensius moveri debemus yrenarchiis nostris mandavimus predictae carrache seu navi obviantes perquirerent de rebus seu mercibus in eadem navi deflatis ut, si quos invenire vel scire possent, fore predioti Francisci vel ipsius complioui qui patroni delicti pariter fuerant, ad sui manus assumerentur, adducerent renuendas fideliter ad emendationem seu satisfactionem pro modo et quantitate rerum ipsarum ammissarum detrimentum seu damnum patientibus iuris debite faciendam. Quodque in predicto casu tam naturali quam humano seu Civili iure nobis fore licitum ymo etiam auctoritatem nostram regiam ad id astringi facere vel iubere, cum ratione delicti quis fori alterius iudicis subicitur, vestra nobilis et Circumspecta prudentia non ignorat. Quod tunc predicta nostri yrenarche et officiales preceptum a nobis modo et forma sibi iniunctis adimplere et exequi (in) intentos cum rili predictorum bonorum delinquentium invenissent absque alicuius vestrorum lesione, injuria vel offensa protinus diverterunt. Veritas autem intentionis nostre in contrarium quod vobis suggestum asseritur, clarius iper sequentia poterit intueri. Non licet nobis cives et mercatores nostros iacturam passos validis clamoribus et lugubribus vocibus fuisset ab initio supplicatum instantissime pro licentia promissorum occasione faciendi pignerationes seu represalias concedendi. Hoc tamen eis expresse denegantes, antiquarum paternarum et avitarumstrarum amicitiarum erga vos civesque vestros a nobis hactenus servatarum contemplatione, vestras dumtaxat litteras requisitionis concessimus vestre inclite ac Circumspecte prudentie procedendi de vestris iustitia presentandis quam speramus et credimus confidenter per vos nostris plenius, ut ex parte vestra asseritur, impertiri. Mandatum vero seu decretum quod a nobis in forma seu modo, quibus prediotus nuntius vester asseruit, fuisse traditum vel concessum vel relatum extitit vel suggestum, recolentes meminimus nullatenus concessisse. Siquidem vero tale mandatum seu decretum apparuit, quod non credimus et fatemur ex nostra conscientia minimum processisse, illud revocamus expresse et irritum haberi volumus atque nullum. Circa secundum vero, quod refertur de damnis Francisco Bragadino civi vestro apud regnum nostrum contingentibus, cum penes nos hactenus nulla conquestio ver querela fuit deposita, corripuerit qui super hoc pro reddenda iustitia supplicaret, insolentie seu negligentie nostre non credimus quicquam posse iuste seu rationabiliter imputari. Sed si ad curiam seu audientiam nostram accesserint, quicumque, cuius vel quorum interest, prompta sumus et erimus, auxiliante Domino, facere ac reddere iustitie debitum complementum. Date apud locum nostrum de Montereali XIII die mensis Julii.

Johannes Gunsalvi
Secretarius ⁽⁴⁾

⁽⁴⁾ O documento não tem indicado o ano, mas está registado no de 1375 no Arquivo de Estado, e a atitude tomada era claramente uma resposta à missão de Bernardo de Casalórcio como embaixador em 1374.